

COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

XIV Legislatura – 1.ª Sessão Legislativa

ATA NÚMERO QUINZE

Aos três dias do mês de março de dois mil e vinte, pelas quinze horas, na sala de reuniões número sete do Palácio de S. Bento reuniu a Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território (CAEOT), na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1.ª Parte

Audiência com Ocean Alive, sobre os impactos das dragagens no estuário do Sado

2.ª Parte

1. Aprovação da Ata n.º 14

2. Iniciativas legislativas:

Pareceres

PJL 12/XIV-PCP – Redução de embalagens supérfluas em superfícies comerciais

PJL 134/XIV-PAN - Visa a interdição do fabrico, posse, utilização e venda de artefactos que sirvam unicamente para a captura de aves silvestres não sujeitas a exploração cinegética

PJL 179/XIV-BE - Reduz o número e o volume de embalagens em produtos comerciais (Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro)

PJL 208/XIV-PAN - Promove a redução de resíduos de embalagens e o aumento da taxa de reciclagem

3. Projetos de Resolução

Baixa / apreciação

PJR 120/XIV-PCP - Recomenda ao Governo que tome as medidas de defesa do Rio Tejo

PJR 167/XIV-BE - Recomenda ao Governo que promova medidas de garantia de caudais verdadeiramente ecológicos no rio Tejo com informação regular às populações

PJR 187/XIV-PAN - Recomenda ao Governo a renegociação dos caudais e das situações de exceção constantes na Convenção de Albufeira

PJR 266/XIV-PEV - Revisão da Convenção de Albufeira para salvaguarda de recursos hídricos fundamentais ao país

PJR 271/XIV-PSD - Recomenda ao Governo que promova a revisão da Convenção de Albufeira, apresente os resultados da análise da adequabilidade da rede de monitorização hidrometeorológica atualmente existente e que torne públicos os resultados do acompanhamento da execução dos planos no quadro de planeamento hidrológico 2016-2021, assim como os pressupostos estratégicos que

definirão o aprofundamento significativo da cooperação bilateral para o ciclo de planeamento 2021-2027

PJR 141/XIV-PAN - Recomenda ao Governo que integre nos Planos Globais de Gestão do lobo-ibérico a obrigatoriedade de zonas de refúgio de presas silvestres em cada núcleo populacional

PJR 235/XIV-PCP - Plano de Monitorização das populações de Lobo-Ibérico e das suas presas selvagens

PJR 239/XIV-PEV - Reforço de medidas com vista à proteção do Lobo Ibérico em Portugal

PJR 267/XIV-BE - Recomenda medidas de conservação do lobo-ibérico e das suas presas silvestres

4. Requerimentos:

- Grupo Parlamentar do PCP para Audições do Ministro do Ambiente e da Ação Climática **MAAC, CCDR-Norte, APA, IGAMAOT, SEPNA-GNR** e da empresa **RETRIA** sobre o aterro de Sobrado, em Valongo
- Grupo Parlamentar do BE para Audições da **Secretária de Estado do Ambiente, IGAMAOT, da APA, da CCDR-Norte, da Autoridade Regional de Saúde do Norte, do Presidente da Câmara de Valongo, da Associação Jornada Principal** e da empresa **RECIVALONGO**, sobre o aterro de Sobrado, em Valongo
- Grupo Parlamentar do PSD para Audições num primeiro momento: **Câmara Municipal de Valongo; Associação Jornada Principal; Escola Profissional de Valongo** (Profival, Lda); **Comissão de Acompanhamento do Aterro do Sobrado; RECIVALONGO**; empresa **RETRIA; Grupo Casais**, e num segundo momento, **APA, IGAMAOT, SEPNA-GNR, e CCDR-Norte**, e do Ministro do Ambiente e da Ação Climática (**MAAC**), sobre o aterro de Sobrado, em Valongo
- Grupo Parlamentar do PAN para Audições do **Ministro do Ambiente e Ação Climática** e da **Agência Portuguesa do Ambiente** sobre a falta de informação e divulgação do procedimento pós-avaliação do impacto ambiental do Projecto de Melhoria das Acessibilidades Marítimas do Porto de Setúbal (Dragagens do Sado)
- Grupo Parlamentar do BE para Audições da **Secretária de Estado do Ambiente, da Agência Portuguesa do Ambiente, do Movimento de Oposição ao Aterro da Azambuja** e da empresa **TRIAZA**, relativamente à situação do aterro da Azambuja
- Grupo Parlamentar do BE para Audição da **Associação Natureza Portugal (ANP)/World Wildlife Fund (WWF)** no âmbito das audições sobre a avaliação de impacto ambiental do aeroporto Montijo e alargamento Aeroporto Humberto Delgado
- Grupo Parlamentar do PSD para Audição do **Ministro do Ambiente e Ação Climática** sobre o Edifício Jardim, conhecido como Prédio Coutinho, em Viana do Castelo

5. Outros assuntos.

- **Presenças:**

José Maria Cardoso (BE); Paulo Leitão (PSD); Alexandre Quintanilha (PS); Hugo Pires (PS); Joana Bento (PS); Joana Lima (PS); Joaquim Barreto (PS); José Manuel Carpinteira (PS); Ricardo Pinheiro (PS); Bruno Coimbra (PSD); Hugo Daniel Carvalho (PSD); Hugo Patrício Oliveira (PSD); Luís Leite Ramos (PSD); Nuno Miguel Carvalho (PSD); Rui Cristina (PSD); Nelson Peralta (BE); Alma Rivera (PCP); André Silva (PAN); Joacine Katar Moreira (Ninsc)

- **Suplentes:**

Hugo Carvalho (PS); Miguel Matos (PS); António Lima Costa (PSD); José Silvano (PSD); José Luís Ferreira (PEV)

- **Faltas:**

Luís Graça (PS); Ana Passos (PS); André Pinotes Batista (PS); João Moura (PSD); João Gonçalves Pereira (CDS/PP); Mariana Silva (PEV);

Esta reunião foi integralmente gravada e os respetivos registos encontram-se disponíveis para consulta na ar@net em Serviços – DRAA – Canal Parlamento, 1ª parte http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL1/COM/11_CAEOT/CAEOT_20200303_1.mp3 e 2ª parte http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL1/COM/11_CAEOT/CAEOT_20200303_2.mp3, dando-se o seu conteúdo aqui por reproduzido, e fazendo parte integrante da presente Ata.

O **Presidente da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território**, Senhor **Deputado José Maria Cardoso**, deu as boas vindas às representantes das organizações não governamentais **Ocean Alive**, **Raquel Gaspar** e **Sandra Lázaro**, e da **Greve Climática Estudantil**, **Margarida Marques**, após o que enquadrou o âmbito da audiência e recordou a grelha de tempos da audição parlamentar.

Foi atribuído o uso da palavra à representante da Ocean alive que, na sua exposição inicial, abordou a necessidade de proteção das pradarias marinhas do Sado, ameaçadas pelas dragagens que estão a ser realizadas, escurecendo as águas, referindo ainda falhas no sistema de monitorização da turbidez das águas. Atendendo a que as pradarias do Sado dão, diariamente, oxigénio para 200 pessoas, realizam a reciclagem de nutrientes, carbono azul, no estudo de impacto ambiental relativo a dragagens no Sado deveria ser efetuada a contabilização do custo da perda destes habitats. Em Portugal, existem 2.000 hectares de pradarias, que produzem uma taxa de sequestro de carbono de 830 kg/ano por hectare (1600 toneladas). Terminou a exposição inicial dirigindo um convite à Comissão a realizar uma visita ao Sado, para poderem presenciar a realidade referida.

Colocaram questões os Senhores **Deputada Ricardo Pinheiro (PS)**, **Deputado Nuno Carvalho (PSD)**, **Deputado Nelson Peralta (BE)**, **Deputada Alma Rivera (PCP)**, **Deputado André Silva (PAN)** e **Deputado José Luis Ferreira (PEV)**.

Devolvida a palavra às representadas das ONGs presentes, foi por estas referenciado que o sequestro de carbono pelas pradarias marinhas não se encontra focado no Roteiro do Baixo Carbono, lacuna que importaria corrigir. Foi assinalado o risco das perdas dos serviços naturais, para além da perda que é o desaparecimento do habitat, e ainda que o rio Sado está agora a recuperar das dragagens feitas há 40 anos. Reiterou que a necessidade de monitorização dos valores de turbidez, que, neste momento, não está a ser realizada.

Agradecendo a deslocação e os esclarecimentos apresentados, o Presidente da Comissão concluiu a audiência.

Na segunda parte, o Senhor Presidente, **Deputado José Maria Cardoso**, submeteu a apreciação e votação a **Ata n.º 14**, que, com as alterações propostas pelo Senhor **Deputado Nelson Peralta (BE)**, foi aprovada por unanimidade.

Passados ao **ponto dois**, efeturaram-se as apresentações dos pareceres elaborados sobre o [PJL 134/XIV-PAN](#) - *Visa a interdição do fabrico, posse, utilização e venda de artefactos que sirvam unicamente para a captura de aves silvestres não sujeitas a exploração cinegética*; [PJL 179/XIV-BE](#) - *Reduz o número e o volume de embalagens em produtos comerciais (Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro)*; [PJL 12/XIV-PCP](#) - *Redução de embalagens supérfluas em superfícies comerciais*, [PJL 208/XIV-PAN](#) - *Promove a redução de resíduos de embalagens e o aumento da taxa de reciclagem* pelos Senhores **Deputados Bruno Coimbra (PSD)** (PJL 179 e 12) e **Joana Lima (PS)** (PJL 134 e 208).

Interveio o Senhor **Deputado André Silva (PAN)**, a propósito dos PJL 134/XIV e PJL 208/XIV, e o Senhor **Deputado Nelson Peralta (BE)**, sobre o PJL 179/XIV. Submetidos a apreciação e votação, os pareceres foram aprovados por unanimidade e remetidos para Plenário.

Seguiu-se a apreciação e discussão conjunta dos projetos de resolução sobre o Rio Tejo/Convenção de Albufeira [PJR 120/XIV-PCP](#) - *Recomenda ao Governo que tome as medidas de defesa do Rio Tejo*; [PJR 167/XIV-BE](#) - *Recomenda ao Governo que promova medidas de garantia de caudais verdadeiramente ecológicos no rio Tejo com informação regular às populações*; [PJR 187/XIV-PAN](#) - *Recomenda ao Governo a renegociação dos caudais e das situações de exceção constantes na Convenção de Albufeira*; [PJR 266/XIV-PEV](#) - *Revisão da Convenção de Albufeira para salvaguarda*

de recursos hídricos fundamentais ao país; [PJR 271/XIV-PSD](#) - Recomenda ao Governo que promova a revisão da Convenção de Albufeira, apresente os resultados da análise da adequabilidade da rede de monitorização hidrometeorológica atualmente existente e que torne públicos os resultados do acompanhamento da execução dos planos no quadro de planeamento hidrológico 2016-2021, assim como os pressupostos estratégicos que definirão o aprofundamento significativo da cooperação bilateral para o ciclo de planeamento 2021-2027.

A apreciação e debate decorreu conforme informação anexa a esta ata, que dela faz parte integrante, tendo sido concluído que os projetos se encontram em condições de poderem ser agendado, para votação, em reunião plenária da Assembleia da República, e que a respetiva informação seria remetida a Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República.

Teve depois lugar a apreciação e discussão conjunta dos projetos de resolução sobre proteção do Lobo-Ibérico, [PJR 141/XIV-PAN](#) - *Recomenda ao Governo que integre nos Planos Globais de Gestão do lobo-ibérico a obrigatoriedade de zonas de refúgio de presas silvestres em cada núcleo populacional;* [PJR 235/XIV-PCP](#) - *Plano de Monitorização das populações de Lobo-Ibérico e das suas presas selvagens;* [PJR 239/XIV-PEV](#) - *Reforço de medidas com vista à proteção do Lobo Ibérico em Portugal;* [PJR 267/XIV-BE](#) - *Recomenda medidas de conservação do lobo-ibérico e das suas presas silvestres, cuja discussão e subsequente envio para Plenário decorreu conforme a informação anexa a esta ata, que da mesma faz parte integrante.*

No **ponto quatro**, foi concedida a palavra à Senhora **Deputada Alma Rivera** (PCP), para apresentação de um requerimento para **audição** do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, CCDR-Norte, APA, IGAMAOT, SEPNA-GNR e da empresa RETRIA sobre o **aterro de Sobrado, em Valongo**. O requerimento foi **aprovado por unanimidade**.

Sobre a mesma temática (**aterro de Sobrado, em Valongo**) e também relativamente à situação do **aterro da Azambuja**, em nome do Grupo Parlamentar do BE, o Senhor **Deputado Nelson Peralta** apresentou um pedido para **audição** da Secretária de Estado do Ambiente, IGAMAOT, da APA, da CCDR-Norte, da Autoridade Regional de Saúde do Norte, do Presidente da Câmara de Valongo, da Associação Jornada Principal e da empresa RECIVALONGO, e, sobre o aterro da Azambuja, também do Movimento de Oposição ao Aterro da Azambuja e da empresa TRIAZA. O Grupo Parlamentar do PS, através do Senhor **Deputado Ricardo Pinheiro**, requereu oralmente que fosse acrescentada a **audição da Camara Municipal da Azambuja**, a propósito do aterro da Azambuja, o que mereceu assentimento de todos. Os três requerimentos, escritos e orais, foram **aprovadas por unanimidade**.

Ainda sobre a mesma temática foi apresentado, pelo Senhor **Deputado Hugo Martins de Carvalho (PSD)**, um requerimento para audição, num primeiro

momento, da Câmara Municipal de Valongo, da Associação Jornada Principal, da Escola Profissional de Valongo (Profival, Lda), da Comissão de Acompanhamento do Aterro do Sobrado, da RECIVALONGO, da empresa RETRIA, do Grupo Casais e, num segundo momento, da APA, IGAMAOT, SEPNA-GNR, CCDR-Norte e do Ministro do Ambiente e da Ação Climática. Este requerimento foi também **aprovado por unanimidade**.

O Senhor **Deputado André Silva (PAN)** requereu a audição **do Ministro do Ambiente e Acção Climática** e da **Agência Portuguesa do Ambiente** sobre a falta de informação e divulgação do procedimento pós-avaliação do impacto ambiental do Projecto de Melhoria das Acessibilidades Marítimas do Porto de Setúbal (Dragagens do Sado), que foi **aprovado por unanimidade**.

O Senhor **Deputado Nelson Peralta (BE)** pediu que fosse adicionada à lista de audições aprovadas sobre a avaliação de impacto ambiental do aeroporto Montijo e alargamento Aeroporto Humberto Delgado, a **Associação Natureza Portugal (ANP)/World Wildlife Fund (WWF)**, preferencialmente num formato de audição conjuntade ONGs, pedido esse que foi **aprovado por unanimidade**.

O Senhor **Deputado Eduardo Teixeira (PSD)** requereu a audição do **Ministro do Ambiente e Acção Climática** sobre o Edifício Jardim, conhecido como Prédio Coutinho, em Viana do Castelo. Não obstante indicar que o GP BE votará a favor do requerimento, o Senhor **Deputado Nelson Peralta (BE)** lembrou que esta será a 11.^a vez que nesta sessão que se chama o Ministro do Ambiente a esta Comissão, o que desvaloriza a audicao e também inviabiliza a celeridade dessa realização por limitações de tempo, pedindo aos demais membros da Comissão alguma reflexão sobre este assunto. O requerimento foi **aprovado por unanimidade**.

Na rubrica "Outros Assuntos" foi solicitada a indicação dos nomes dos Senhores Deputados que estarão presentes na recepção de uma delegação do Parlamento Regional da Alta Áustria, dia 17 de março, 15 horas conjunta entre as Comissões de Assuntos Europeus, de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação e de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território.

Foi colocado à consideração um **pedido de audiência da Sociedade Ponto Verde**, tendo sido deliberado a sua concessão em Grupo de Trabalho de Audiências.

A Senhora **Deputada Joacine Katar Moreira (NInsc)** pediu a palavra para endereçar um convite à Comissão para participar num evento comemorativo do Dia Internacional da Mulher no próximo dia 10 de março, bem como para convidar o Presidente para estar presente na sessão de abertura. Propôs ainda que a ativista Adjany Costa fosse recebida pela Comissão. Sobre este assunto, usaram da palavra os Senhores **Deputados Nelson Peralta (BE)** e **Bruno Coimbra (PSD)**, este último propondo que a audiência seja concedida no âmbito do Grupo de Trabalho. No

seguimento desta proposta, deliberou-se que audiência seria concedida dia 10 de março, pelas 14H30, pelo Grupo de Trabalho.

Por fim, foi dada nota dos próximos trabalhos da Comissão, ficando agendada a próxima reunião para dia 10 de março, pelas 15H00.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas 18 horas e 11 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

O Presidente da Comissão,



(José Maria Cardoso)

IG



Informação
Discussão PJR 120-1



Informação
Discussão PJR 141-2